



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1005172-61.2017.8.26.0566
 Classe - Assunto: **Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha**
 Inventariante: **Maria Aparecida Graciano Bocelli**
 Inventariado: **Sebastião Bocelli**

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Nomeio a viúva-meeira **Maria Aparecida Graciano Bocelli** para o cargo de **inventariante**, dispensando-a do formal compromisso.

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 04/14. As certidões negativas constam de fls. 28 e 43/44, **com exceção à referente ao imóvel situado na Rua Geminiano Costa, 1263 (certidão de fl. 45 consta que há débito de IPTU).**

HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 04/14 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com a ressalva de que o imóvel do item "3" de fl. 08, situado na Rua Rafael de Abreu de Sampaio Vidal, nº 937, é **objeto da matrícula 120.393** (fls. 48/51). Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará **AUTOMATICAMENTE** o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**). Depois da exibição da referida certidão negativa ou positiva municipal com efeito negativo, os herdeiros poderão obter o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxe.

Intime-se o Fisco Estadual para adotar as providências necessárias visando ao lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC - *cientificando-o do teor de fls. 70/75* - . Essa questão não se submete ao crivo judicial nestes autos. Compete ao Oficial do CRI aferir se os herdeiros recolheram o tributo estadual ou obtiveram a declaração de isenção e se a Procuradoria do Estado manifestou concordância a essa exigência.

P. I. Forneça ao Fisco Estadual senha para que tenha pleno acesso a estes autos. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, logo depois de intimado e fornecida senha (para o acesso pleno ao processo) ao Fisco Estadual.

São Carlos, 29 de maio de 2017

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**